

# Pacote tentará segurar a inflação e conter o déficit

Luis Antônio Ribeiro — 8/02/88

Wilson Pedrosa — 20/04/88

Economia

JORNAL DO BRASIL

**Maria Luiza Abbott e Teodomiro Braga**

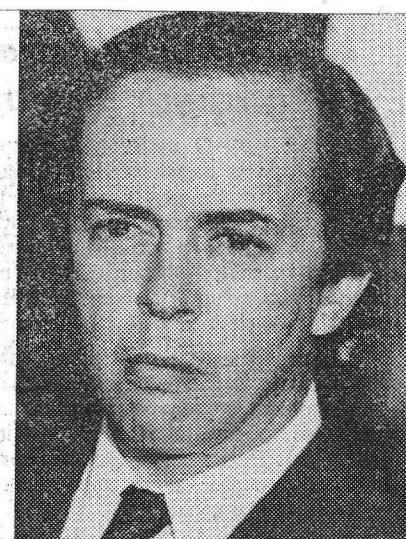
BRASÍLIA — Novos cortes de gastos de custeio da administração federal, mudanças no Imposto de Renda de pessoas jurídicas e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aumentar a arrecadação tributária e redução do crédito oficial para a agricultura são as principais medidas de ajuste fiscal em elaboração pelas autoridades econômicas. Também está em estudo a antecipação de medidas previstas na Operação Desmonte, como a redução da participação do Tesouro Nacional nos seguros para as exportações. O novo pacote é uma tentativa de segurar a inflação e manter o déficit público em 4% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, para cumprir as metas do programa econômico prometido ao Fundo Monetário Internacional.

O aumento da receita tributária, em 1988, inclui a redução nos prazos de recolhimento do IPI para alguns produtos, que serão definidos depois de avaliação detalhada do perfil de arrecadação — 60% da receita de IPI provém de cigarros, bebidas e automóveis. Para 1989, o governo pretende que o IPI devido pelas empresas seja recolhido em OTN — independente do prazo — e quer cortar os incentivos fiscais do Imposto de Renda de pessoas jurídicas e impedir que as empresas abatam como despesa a correção monetária do imposto pago em um ano, no cálculo do IR devido no ano seguinte.

**Crédito rural** — Os cortes no crédito rural devem ser definidos na reunião do Conselho Monetário Nacional marcada para o dia 27. Além disso, o governo também deverá aprovar medidas para reduzir as despesas de custeio de sua máquina administrativa. A margem de manobra para diminuir os gastos previstos no orçamento de 1988 é muito pequena, mas haverá cortes como uma demonstração de austeridade do governo, segun-



Ximenes: estudando cortes



Abreu: mudar o IR e o IPI

do explicou um dos funcionários do governo envolvidos no trabalho.

O conjunto de medidas em estudo tem sido discutido desde o início da semana em reuniões do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, do ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, e os principais assessores dos dois ministérios. Esta será a resposta do governo à elevação da inflação em julho, que ultrapassou todas as expectativas das autoridades econômicas e comprometeu as metas prometidas ao FMI, como 600% de inflação anual e 4% do PIB de déficit público. "Sem medidas fortes será impossível conter o déficit dentro da meta prevista", revelou um dos assessores diretos do Ministro da Fazenda.

O ajuste fiscal deverá ser a última tentativa do governo de conter a inflação usando os instrumentos da política *feijão com arroz*, antes de apelar para medidas heróicas que o ministro da Fazenda vem tentando evitar. A aprovação deste pacote não exclui outras alternativas em cogitação dentro do governo.

**Estados** — Sem prejuízo da meta estabelecida para o déficit público, o governo pretende aperfeiçoar a resolução 1469 — que congelou os empréstimos de estados e municípios no limite dos saldos em cruzados registrados em 31 de dezembro de 1987 — para aliviar a situação dos estados. De acordo com um alto assessor do Ministério da Fazenda, o governo autorizou que os saldos sejam transformados em OTN e o valor excedente — resultante da correção monetária — seja transformado em emissão de títulos da dívida do estado de Minas Gerais.

Esta medida deverá ser aprovada para os governos do Rio de Janeiro e São Paulo e, segundo este assessor, não significa aumento do déficit, porque os recursos da emissão serão utilizados para a troca de dívidas contraídas junto ao sistema bancário com custos mais elevados do que os títulos estaduais. Ou seja, o governo federal pretende aliviar o caixa dos Tesouros dos estados, permitindo a emissão de títulos, mas exclusivamente para substituição de dívidas já existentes e que estão vencendo.